

# NA TRILHA DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL CEARENSE: INDÍGENAS E EUROPEUS NA DISPUTA PELO TERRITÓRIO

Maria Souza de ARAÚJO<sup>1</sup>

Luiz CRUZ LIMA<sup>2</sup>

## RESUMO

O texto ora apresentado discute a forma como se deu o processo de formação socioespacial do Ceará e a contribuição da nação indígena na consolidação desse processo. Para que possamos apreender esse processo é necessário entender as transformações ocorridas no território, ou seja, a evolução dos sistemas técnicos, que em sua dinâmica contribuíram para a conformação da formação socioespacial deste território. Nesse cenário de formação socioespacial do território cearense, tem grande relevância a nação indígena, um povo que sofreu com a violência do colonizador e teve sua cultura totalmente destruída pelo homem branco.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação socioespacial, Ceará, Indígena.

## INTRODUÇÃO

Para explicar a realidade das relações entre espaço e sociedade, precisamos nos respaldar em um referencial teórico-metodológico que possibilite a eleição de categorias que permitam a reflexão do que se quer estudar na Geografia enquanto filosofia das técnicas<sup>3</sup> e ciência do presente. Discutir a formação socioespacial do Ceará, identificando a contribuição indígena nesse processo é o ponto de partida da pesquisa ora apresentada. Apreender as múltiplas faces e fases que imperaram na constituição socioespacial do território cearense nos obriga escolher algumas categorias para que possamos elucidar as nuances que constituíram esse processo. Em nossa análise, destacamos os seguintes conceitos: *Formação Socioespacial, Território, Totalidade, modo de produção e indígena*.

O Ceará, apesar de ter sido integrado tardiamente ao projeto de dominação portuguesa do Brasil tem a violência como elemento constitutivo de sua inserção nesse processo. Salienta Pinheiro (2004) que os grupos indígenas tiveram seus espaços restringidos de diferentes formas, seja pelo

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Mestrado em Geografia. Bolsista Capes. Universidade Vale do Acaraú-UVA. E-mail: maria-souza1987@hotmail.com.

<sup>2</sup> Orientador Prof. Dr do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. E-mail: l.cruzlima@uol.com.br.

<sup>3</sup> SANTOS, 1998, p. 64, esclarece que “O estudo das técnicas ultrapassa [...] largamente, o dado puramente técnico e exige uma incursão bem mais profunda na área das próprias relações sociais. [...] Para que a geografia possa aspirar ao seu reconhecimento como uma filosofia das técnicas, deve levar em consideração as implicações de fatos como esses, aplicando-lhes, como em qualquer outro esforço de natureza filosófica, um sistema de referências cuja base fundamental é a interpretação global do mundo e, por seu intermédio, a interpretação de cada um dos seus aspectos ou partes”.

extermínio, formação de aldeias indígenas e diáspora, sendo os autóctones obrigados a buscar refúgio em regiões ainda não ocupadas pelo usurpador. A dispersão indígena no Ceará ocorre com mais vigor entre os séculos XVIII e XIX provocada pela institucionalização do Diretório Pombalino<sup>4</sup> e criação das primeiras vilas de índios<sup>5</sup>, dentre as quais se destacam: “as de Parangaba, Messejana, Caucaia, Baturité, Pacajus, Viçosa e Miranda (atualmente, Crato)” (PINHEIRO, 2004, 46), dificultando a quantificação e a territorialização dos grupos indígenas habitantes deste território (VALE 2009). Diante do exposto, revela-se a importância da nação indígena para a formação e configuração socioespacial do território cearense.

Ao aportar nas terras cearenses, o europeu logo tratou de submeter os indígenas ao modo de produção capitalista de então, obrigando-os a trabalhar submissos e/ou escravizados. Em seu projeto de dominação, o colonizador percebia a terra como um meio de produção, enquanto o indígena a percebia como algo simbólico, um espaço que lhes garantia a liberdade e a sobrevivência. Com a institucionalização do Diretório Pombalino em meados do século XVIII, as aldeias foram transformadas em vilas. Pinheiro (2004) ressalta a importância dos aldeamentos para a consolidação do domínio da Coroa Lusitana. A religião foi fundamental na persuasão dos povos, para que estes se submetessem aos ditames do novo modo de vida que lhes era imposto pelo colonizador.

Com a elevação das aldeias à condição de vilas, as ações missionárias dos jesuítas foram interrompidas e os jesuítas expulsos da Capitania do Ceará. A transformação de aldeia em vila de índios foi um processo que impactou fortemente a nação indígena. O Diretório Pombalino era claro em seus objetivos de incorporar os índios ao projeto de colonização, transformando-os em servos do rei, obrigando-os inclusive a pagarem tributos à Coroa Portuguesa. Além disso, Vale (2009, p. 108) compreende que “[...] as ideias de “civilidade” e a meta de “civilizar” seriam basilares, através da ênfase no ensino da língua portuguesa, para entender a dimensão político ideológica do Diretório sob orientação do iluminismo português”.

A partir de 1759, com a implantação das vilas, o território cearense passa a vivenciar uma série de mudanças. Uma nova vida de relações foi imposta à nação que um dia fora livre e agora era obrigada a obedecer aos ditames do colonizador. Era necessário que os diversos grupos sociais de homens ditos ociosos, considerados pela elite como vadios, se integrassem à sociedade ou deviam

---

<sup>4</sup> VALE, 2009, p. 113 assinala que “Durante e até depois do Diretório Setecentista, os índios trabalharam diretamente para as autoridades cearenses, abrindo e cuidando das estradas locais, melhorando o estado dos açudes, até limpando espaços públicos nas cidades e povoações cearense”.

<sup>5</sup> PINHEIRO, 2004, p. 46 destaca que “A partir de 1758, as aldeias indígenas foram transformados em vilas. Com a expulsão dos jesuítas, a administração dos povos indígenas passou para a órbita laica e os povos nativos foram iguados aos demais moradores. Uma nova legislação foi então adotada em relação aos povos nativos, sob determinação do Diretório Pombalino, em que formalmente garantia-se a liberdade destes; no entanto, foi nomeado um diretor que se transformou, na prática, em feitor para controlar a força de trabalho no âmbito da vila”.

serem entregues aos juizes ordinários para que fossem presos. Era uma artimanha normativa do Estado nascente para respaldar os requisitos da acumulação primitiva do capital. Na segunda metade do século XIX, os indígenas são extintos dos relatos historiográficos do Ceará, como reza o Relatório de 1863 que nega a presença de indígenas em território cearense, como assinala Silva (2009). Em 1850 foi sancionada a Lei de Terras, que reverberou na vida política e social, favorecendo os interesses da classe detentora do poder. Com essa determinação, destaca Silva (2009, p. 6): “no centro das disputas e conflitos estavam os onipotentes latifundiários [...]”. É sabido que negar os povos indígenas não condizia, como ainda não condiz com a realidade cearense, basta atentar para os dados estatísticos que revelam que 0,4% da população brasileira hoje é indígena, sendo que desses 19.336 habitam o território cearense (IBGE, 2010).

## **METODOLOGIA**

Metodologicamente, destacamos a categoria formação socioespacial, proposta por Milton Santos (1978), que nos permite desvendar as nuances das distintas territorialidades e identidades de cada região, de cada lugar, base que nos possibilita a compreensão da totalidade<sup>6</sup>. Na análise da totalidade, o elemento essencial é a unidade das contradições. No uso do método investigativo e exposicionista não podemos nos limitar ao todo e às partes, é necessário que a dialética nas atribuições de suas contradições (fenômeno e essência, lei e causa, todo e parte) seja o cabo norteador das análises, para entender e captar os elementos ocultos e, assim, reconhecer a totalidade no cerne de todas as suas relações e na essência de suas manifestações.

Essa categoria nos leva a pensar o espaço enquanto instância social, revelando-nos as nuances presentes entre espaço e sociedade e obrigando-nos a pensar como indissociáveis o modo de produção<sup>7</sup>, a formação social e o espaço. O modo de produção indica a forma pela qual uma determinada sociedade se organiza para garantir a produção de suas necessidades materiais, estando o mesmo em acordo com o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Desse modo, nos permite compreender a realidade e a maneira pela qual a sociedade produz seus bens, serviços, como os utiliza e os distribui.

---

<sup>6</sup> A totalidade para KOSIK (1976, p.41) é algo “[...] que compreende a realidade nas suas íntimas leis e revela, sob a superfície e a causalidade dos fenômenos, as conexões internas, necessárias, coloca-se em antítese à posição do empirismo, que considera as manifestações fenomênicas e causais [...]”.

<sup>7</sup> MARX (2008, p. 34) assinala que “[...] “modo de produção” implica todo um complexo sociocultural, extremamente típico e variável; compreende as noções de forma social e de conteúdo material em sua correspondência efetiva. [...] Marx [...] compreende nele três elementos essenciais, em geral considerados isoladamente por seus críticos: a) as forças materiais de produção (as forças naturais e os instrumentos de produção como máquinas, técnicas, invenções etc.); b) um sistema de relações sociais, que definem a posição relativa de cada indivíduo na sociedade através do seu *status* econômico; c) um sistema de padrões de comportamento, de que depende a preservação ou transformação da estrutura social existente. Esses elementos são interativos”.

Essas reflexões são advindas de fontes bibliográficas que discorrem sobre a produção do espaço no Ceará, destacando-se a contribuição de historiadores, economistas, filósofos e principalmente de geógrafos. A fim de nos aproximar da realidade atual, é necessário a busca de dados quantitativos da variável que norteia nossa pesquisa, a contribuição indígena na consolidação desse processo, assim, alimentamos nosso banco de dados através de fontes confiáveis, como as do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e pesquisa de campo.

## **PROBLEMATIZAÇÃO**

Na segunda metade da década de 1970, Milton Santos traz para a Geografia o conceito de formação socioespacial que se tornou um dos conceitos chave na ascensão da Geografia Crítica que nascia naquele momento. Nesse contexto de mudança da Geografia, o conceito de formação socioespacial vem nos esclarecer que o espaço é um elemento que tem um papel relevante na análise da sociedade, porquanto as relações sociais se dão no espaço e que este não deve ser considerado apenas uma arena onde as relações humanas acontecem.

No conceito de formação socioespacial estão imbricadas as relações entre espaço e sociedade. A apreensão deste conceito é fundamental para que se possa entender o espaço enquanto objeto de análise da Geografia. Para Santos (2012, p. 63) “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Os sistemas de objetos e sistemas de ações interagem entre si, permitindo a existência de uma dinâmica espacial que contribui para a construção de formações socioespaciais que se revelam com configurações territoriais<sup>8</sup> específicas e com totalidades espaciais concretas. O referido conceito vem revelar as nuances presentes entre o espaço e a sociedade e trazer elementos para o conhecimento da territorialidade e de sua relação com o modo de produção.

Para refletir a forma como o processo de formação socioespacial do território cearense se consolidou é necessário discutirmos a evolução de seus sistemas técnicos, que se revelam espacialmente na forma como a sociedade se organiza em suas distintas esferas sociais, ou seja, no modo de produção vigente. Compreender a formação socioespacial nos obriga entender a constante dinâmica a que a sociedade está submetida, nos oferecendo a possibilidade de perceber a interação e evolução de suas variáveis, no funcionamento do modo de produção. Em sua gênese, a formação

---

<sup>8</sup> SANTOS (2012, p. 62) destaca que “A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem da materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. A configuração territorial [...], tem, pois, existência material própria, [...], sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais”.

socioespacial cearense nos revela um mundo de conflitos entre os povos nativos e o colonizador que perdurou por centenas de anos. Assim, na consolidação da formação socioespacial do Ceará destacam-se quatro momentos. Santos e Lima (2012) nos esclarecem que no século XVII e XVIII temos o desenvolvimento da pecuária, perpassando o século XVIII até a segunda metade do século XIX com o binômio gado-algodão, segunda metade do século XX com a inserção de uma indústria tradicional e finalizando no século XXI com o meio técnico científico-informacional<sup>9</sup>, com a produção da indústria moderna, agronegócio, turismo etc.

A primeira atividade econômica de destaque no Ceará foi a pecuária que abriu as cortinas para a grande ópera que iria se montar nas terras do interior do Nordeste e, em particular, do que é hoje o território cearense. “As necessidades da criação do gado, [...] forçavam a pecuária a ocupar regiões mais interioranas, [...]” (PUNTONI, 2002, p. 22). Essa atividade foi decisiva na consolidação da ocupação do sertão cearense, principalmente, em virtude das vastas extensões de terras, das pastagens em abundância e da qualidade dos solos, aliada à facilidade na aquisição das sesmarias, após a “limpa das terras” com o assassinato coletivo dos índios, produzindo um novo espaço no Ceará. Os índios que aqui habitavam tiveram seu espaço restringido, por meio de ações como extermínio, criação de aldeamentos e expulsão para áreas ainda não ocupadas, conforme nos relata Pinheiro (2004, p. 27-28).

A criação bovina não causava gastos monetários aos donos, haja vista, que as reses se autoreproduziam biologicamente, o rebanho se autotransportava, ao mesmo tempo o boi era mercadoria, transporte e frete. Nessas condições, técnicas e naturais, a fazenda constituiu-se na unidade econômico-social dos sertões cearense, sendo dominada por homens protegidos pelo poder da época e muitos se transformaram em fortalecidos políticos e militares, com patentes de coronéis, com mando sobre as coisas e a vida dos humildes. Essa é uma herança que ainda grassa nos sertões do Nordeste. As longas viagens para a comercialização nas feiras de Pernambuco fazia com que o gado chegasse abatido, perdendo assim o seu valor comercial, situação que contribuiu para o surgimento das charqueadas. O charque se mantém firme no mercado até meados do século XVIII quando as questões climáticas ambientais causam um atrofiamiento à atividade pecuarista. Nesse momento uma nova atividade ascende no mercado econômico cearense: a atividade algodoeira.

A expansão da Revolução Industrial na Inglaterra e a Guerra de Secessão nos Estados Unidos tiveram significativo reflexo na economia brasileira, sobretudo na região Nordeste, onde a cultura do algodão conheceu seu auge nos sertões cearense. As condições semiáridas das terras para o cultivo desta cultura, atrelado ao conhecimento que o indígena tinha desse produto, contribuíram

---

<sup>9</sup> Santos (1998) esclarece que o período técnico-científico-informacional se caracteriza pela transformação dos territórios nacionais em espaços da economia internacional; aceleração de todas as formas de circulação e seu papel crescente na regulação das atividades localizadas; generalização do crédito; a multinacionalização das firmas; revolução informacional; etc.

para o cultivo da plantação do algodão, rompendo, portanto com o exclusivismo da criação bovina. A partir do século XIX, a pecuária e o algodão passam a constituir a base da economia cearense, período que ficou conhecido como o binômio gado-algodão.

“O processo civilizatório-alicerçado no tripé gado, algodão e agricultura de subsistência inicia a acumulação do capital que daria para a base industrial” (QUINTILIANO E LIMA, 2008, p.24-25). O descaroçamento fez surgir a necessidade de importação das primeiras máquinas industriais, trazidas da Inglaterra e o incremento das primeiras indústrias têxteis aqui. A expansão do algodão e a inserção da indústria provocaram grandes transformações socioespaciais no território em tela, cabendo “ao Estado assumir as principais transformações estruturais para dotar o território com potencialidades de contato entre os diversos pontos de sua extensão [...]”. (QUINTILIANO E LIMA, 2008, p.27).

Todas essas metamorfoses ocorridas no território cearense contribuíram para o surgimento de uma nova configuração territorial, de outras relações sociais e de um modo de produção alicerçado na lógica do capital. No momento atual o Ceará assiste a expansão da técnica, da ciência e da informação, ou seja, vivemos o meio técnico-científico-informacional, como a força propulsora do capitalismo globalizante.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No bojo do processo de formação social do território brasileiro, o Ceará é ocupado tardiamente se comparado ao litoral açucareiro. Nesse processo destaca-se a Igreja Católica que tomou para si a missão de civilizar o nativo por meio da difusão do evangelho, usando como máscara para camuflar os verdadeiros interesses da Coroa Portuguesa a necessidade de salvar as almas daquelas pessoas. Assim, para justificar suas atrocidades contra esses povos, a Igreja em acordo com os colonizadores escravizaram, aldearam e destruíram a cultura do nativo submetendo-o ao modo de vida do colonizador europeu.

Donos das terras onde moravam, os índios nativos, considerados primeiro povo brasileiro, viviam de acordo com suas próprias regras, seus mitos e cultos. Contavam com organização social, trabalhavam na agricultura, caçavam e pescavam tirando da mãe-terra apenas aquilo que necessitavam para sua subsistência, detinham bens simbólicos, portanto não podiam ser considerados seres sem alma, conforme o discurso pregado pelo colonizador.

Atualmente as lideranças indígenas cearenses enfrentam diversas lutas, dentre as quais destacamos a luta pela demarcação de suas terras. Hoje, a nação indígena passa por um processo de reafirmação de sua identidade, o índio se faz personagem em todos os setores da sociedade, na

cultura, na mídia, na política, na universidade, dentre outros. Isso mostra que esse povo continua vivo na incessante luta por seus direitos e persiste atuando no processo contínuo de consolidação da sociedade. A história indígena mudou, ganhou nova vida, contudo, a luta continua para que os seus direitos possam ser verdadeiramente assegurados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

VALLE, Carlos Guilherme Octaviano do. Aldeamentos indígenas no Ceará do século XIX: revendo argumentos históricos sobre desaparecimento étnico. In: PALITOT, Estevão Martins (org.) **Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará**. Fortaleza: SECULT; Museu do Ceará; IMOPEC, 2009. pp. 107- 154.

SANTOS, Elisete; LIMA, Luiz Cruz. A evolução dos sistemas técnicos e as reestruturas socioespaciais do Ceará-Brasil. In: **OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia**, v.4, n.12, p. 27-49, dez. 2012. Disponível em: <http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/4edicao/n12/02.pdf>. Acesso em: 14/08/2013.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a Geografia Crítica**. 6. ed., 1. Reimpressão – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional**. 4ª Ed. São Paulo. Editora Hucitec, 1998.

PINHEIRO, Francisco José. Mundos em confronto: povos nativos e europeus na disputa pelo território. In: SOUZA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide ... [et al]. **Uma nova História do Ceará**. – 3. Ed. rev. e atual. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. O Relatório Provincial de 1863: um documento, muitas leituras. Trabalho Apresentado no XXV Simpósio Nacional de História, Simpósio Temático 36: **Os Índios na História**, 13-17 de julho de 2009. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Trabalhos/ST36Isabelle.pdf>. Acesso em: 05/07/2013.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e Introdução de Florestan Fernandes. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PUNTONI, Pedro. **Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. (Estudos Históricos 44). São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002.

QUINTILIANO, Aridênio Bezerra; LIMA, Luiz Cruz. **Reestruturação socioespacial do Ceará: ações do Estado**. Fortaleza: EdUECE, 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de NEVES, Célia e TORÓBIO, Alderico, 2ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

## SITES UTILIZADOS

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 30/07/2013.

[www.funai.gov.br](http://www.funai.gov.br). Acesso em: 30/07/2013.